

Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911)

INTRODUÇÃO

Publicam-se aqui dois textos caídos no esquecimento e de difícil acesso, escritos em 1911 para a revista libertária mensal *Lumen*¹. O seu autor, Jorge Coutinho, figura igualmente esquecida do movimento operário do princípio do século, era ao tempo secretário-geral da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, órgão que funcionava como central dos sindicatos portugueses. Escolhido para secretário-geral, pela primeira vez, no Congresso Sindical e Cooperativista de 1909, foi reconduzido no seu cargo pelo Congresso Sindicalista de 1911. Coutinho era na altura operário carpinteiro, trabalhando, ao que suponho, na construção civil lisboeta. Alexandre Vieira dá-o indistintamente como anarquista e sindicalista revolucionário², termos muitas vezes usados como sinónimos em Portugal. Entre 1908 e 1912, Coutinho escreveu, com maior ou menor regularidade, para *O Protesto* (semanário anarquista), *A Obra* (semanário livre), *A Greve* (diário sindicalista revolucionário), *Lumen* e *O Sindicalista* (órgão da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista). Dele diz Manuel Joaquim de Sousa que desenvolveu «rara actividade no movimento construtivo do sindicalismo revolucionário português»³. «Profissional estudioso», segundo Alexandre Vieira, Coutinho viria a conseguir mais tarde, «à custa de muito esforço, por correspondência, o diploma de arquitecto, profissão que exercia à data da sua morte»⁴. Afastou-se ainda cedo da actividade de militante destacado, porventura em consequência da sua ascensão socioprofissional.

Jorge Coutinho foi um dos sindicalistas lisboetas que, em missões de propaganda ou de trabalho, percorreram o Alentejo e o Ribatejo no período das movimentações de trabalhadores rurais após a implantação da República⁵. Coutinho deslocou-se, pelo menos, a Coruche, onde, em Junho de 1911, participou nas negociações das condições de trabalho dos assalariados rurais, e também ao concelho de Moura, no Baixo Alentejo, em Novembro de 1911. Os textos que então escreveu para diversos periódicos⁶ sobre o movimento dos trabalhadores rurais baseavam-se, em parte, nas impressões colhidas durante essas deslocações, em contacto com os trabalhadores e militantes locais. Em Abril de 1912, Jorge Coutinho encontrava-se preso, não sei se em virtude da sua participação na luta dos rurais, tendo então sido apoiado por uma colecta efectuada entre os trabalhadores de Coruche, que o tinham em grande estima⁷.

¹ Nos 4 a 9, de Setembro de 1911 a Março de 1912.

² A. Vieira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Seara Nova, 1974, pp. 38 e 48.

³ *O Sindicalismo em Portugal*, Afrontamento, 1976, p. 86.

⁴ A. Vieira, *op. cit.*, p. 48.

⁵ Em missões de propaganda na província, como delegados da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, andaram então principalmente José Carlos Rates, Manuel Afonso, Evaristo Esteves, Jerónimo de Sousa, António Henriques e outros (ver António Ventura, *A «Tournée» de Propaganda de 1912*, Seara Nova, 1977; Alexandre Vieira, *op. cit.*, p. 70; Manuel Joaquim de Sousa, *op. cit.*, pp. 93-94).

⁶ Jorge Coutinho publicou em 1912, no semanário *O Sindicalista*, vários artigos sobre assuntos rurais, nomeadamente a questão dos baldios.

⁷ António Ventura, *op. cit.*, p. 45.

O primeiro dos textos aqui reproduzidos, intitulado «O despertar dos trabalhadores rurais»⁸, é um relato e uma análise do movimento dos trabalhadores rurais do Ribatejo, Estremadura e Alentejo, processo de lutas iniciado pouco após o 5 de Outubro e que se estendeu pelo ano de 1911 até 1912. Neste artigo, escrito em cima dos acontecimentos, o autor é levado a concluir que muito havia que esperar do movimento do proletariado rural, opinião que contrasta com o pessimismo que então lhe inspirava o operariado urbano, menos coeso e lutador. Como é sabido, contudo, aquele «despertar dos rurais» não teve seguimento, tanto por efeito da repressão republicana que sobre os trabalhadores se abateu, como pela desmobilização que entre estes era já evidente em 1912-13. Escrito ainda longe deste desfecho (e mesmo antes das greves do distrito de Évora na segunda quinzena de Janeiro de 1912), o artigo de Jorge Coutinho reflecte a surpresa e o súbito entusiasmo suscitados entre alguns sindicalistas pela vaga reivindicativa dos rurais do Sul. A surpresa era, com efeito, grande e justificada: os trabalhadores rurais, especialmente os alentejanos, não tinham até então tradições de luta nem estruturas associativas de resistência. Os «lapónios», com quem ninguém contara senão como *massa de manobra* (no dizer de Vasco Pulido Valente), pareciam ter tomado à letra os cânticos redentores da propaganda republicana levada à província nos anos anteriores à revolução de 5 de Outubro. É essa, em todo o caso, a principal explicação de Jorge Coutinho para a explosão reivindicativa dos rurais a partir do final de 1910: a frustração, logo desde os primeiros tempos da República, da esperança de regalias, justiça e liberdade que os trabalhadores teriam posto no novo regime⁹. Por outro lado, Coutinho julgava então descortinar nos assalariados rurais — «ainda que pareça o contrário», diz — uma maior afirmação de classe e uma maior acessibilidade ao método e acção sindicalistas do que nos trabalhadores da indústria. Estas qualidades faziam também dos trabalhadores rurais uma classe menos permeável ao republicanismo governante. Em suma, o operariado rural aparecia a Coutinho como a grande força revolucionária, ainda que *nascente*, chamando pois para ela a atenção dos militantes sindicalistas urbanos.

Mais do que o breve historial do movimento, a apressada tentativa sociológica ou as considerações políticas que o autor tece neste artigo, eu destacaria aqui as suas interessantes observações e informações acerca do processo de negociação das condições de trabalho que então se verificou nos campos do Sul. A contratação dos trabalhadores rurais na *praça*, «usada desde épocas muito afastadas», é posta expressamente em paralelo pelo autor com a *contratação colectiva* que, sob uma forma talvez pouco canónica, naquele período se praticou (embora depois não tenha tido sequência). Coutinho comenta e compara o clausulado de alguns contratos então assinados, nomeadamente o de Coruche, em cuja negociação participou ao lado dos sindicalistas locais como delegado da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista. Em anexo a «O despertar dos trabalhadores rurais», o autor apresenta alguns dados relativos à contratação de 1911 em 5 concelhos ribatejanos (dados esses que, pela sua precisão e detalhe, dificilmente se encontrarão noutra sítio)¹⁰, em confronto com as tabelas de salários e horários e outras condições ajustadas em Évora pela mesma altura.

Não deixa de ser curioso verificar esta actuação pioneira das nascentes associações de rurais na contratação colectiva (ao que suponho, apenas antecidos pelos

⁸ *Lumen*, n. os 4-8, de Setembro de 1911 a Janeiro de 1912.

⁹ No seu recente livro *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal* (Europa-América, 1983), José Pacheco Pereira sustenta idêntica tese (pp. 24-27, 109 e 116).

¹⁰ Dados sobre as condições de trabalho ajustadas no distrito de Évora em 1911 encontram-se na obra atrás citada de José Pacheco Pereira (pp. 37-57). Um contrato de trabalho ajustado no distrito de Portalegre (Castelo de Vide) encontra-se em António Ventura, *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo*, Seara Nova, 1976, pp. 19-25.

tipógrafos lisboetas), a recordar que também em Itália a contratação colectiva havia sido «instituída» na agricultura antes de se praticar na indústria. O contrato colectivo ajustava-se bem à tradicional forma de contratação de trabalhadores em grupo, na praça, aos domingos. A fixação das condições de trabalho num contrato de longo prazo de vigência surge assim, para trabalhadores e patrões, como uma *regularização do mercado de trabalho*, pondo termo ao «leilão de carne humana» (como lhe chama Jorge Coutinho), que, de semana a semana, segundo os apertos de trabalho e as condições atmosféricas, fazia oscilar interminavelmente o preço da mão-de-obra. Sem dúvida que, no Sul de Portugal, em 1911, os lavradores acediam muitas vezes atemorizados a negociar com os representantes dos trabalhadores. Mas não foi isto que retirou o carácter negocial e contratual àquelas práticas enquanto se verificaram, tanto mais que não eram os trabalhadores que tinham as forças da autoridade pelo seu lado.

Em 1916, o líder sindical rural de Coruche, Manuel Ferreira Quartel (um dos fundadores do Partido Comunista, em 1921), escrevia que já nenhum contrato de trabalho saído das movimentações de 1910-12 estava em execução, explicando o facto pela falta de união e de educação dos trabalhadores, incapazes assim de levar os lavradores a cumprir tudo quanto haviam assinado¹¹. Os lavradores não precisaram sequer de repudiar abertamente os contratos previamente assinados. Como Manuel Ferreira Quartel explica, os patrões limitaram-se a utilizar, na prática, o seu poder negocial quotidiano: «Fizeram, por sua vez, a greve.» Isto é, recusaram-se a mandar os capatazes à praça para admitir trabalhadores nas condições acordadas¹². E nunca mais deram trabalho aos cabecilhas das associações de trabalhadores rurais, naturalmente.

Um outro aspecto do artigo de Jorge Coutinho a merecer atenção é a sua análise sociopolítica das classes nos campos do Sul, tomando provavelmente como modelo a região de Coruche. Na classe dos *proprietários* não faz Coutinho distinção, todos são «lavradores», patrões. A classe proprietária contava com o apoio das forças da autoridade e da Igreja, tendo ainda como sua aliada a classe dos *rendeiros*. Estes são igualmente vistos como exploradores, descrevendo-os o autor como um grupo social a caminho do estatuto de proprietários «à força do trabalho dos outros.» A classe dos *trabalhadores* é dividida em quatro grupos distintos: os *foreiros*, que, não sendo operários, são todavia considerados explorados, mas de que o autor não se ocupa muito, possivelmente por os excluir do âmbito do sindicalismo; os *trabalhadores de praça*, que são classe operária de parte inteira, constituindo uma «entidade social com interesses opostos aos dos patrões» e como tal se afirmando; seguem-se os dois grupos de operários «dependentes», que não se afirmam como entidade social: os *trabalhadores contratados em rancho*, provenientes de outras partes do País, que se submetem ao contrato ajustado entre o seu capataz e o lavrador para quem trabalham e que, eventualmente, vão provocar concorrência com os trabalhadores de praça locais; enfim, os *trabalhadores domésticos*, ou *ganhões*, ou *peçoal debaixo do telhado*, contratados ao ano com a respectiva família, alojados e pagos em géneros e um pequeno salário e que constituem, segundo o autor, «por assim dizer, o braço direito dos lavradores». Coutinho sublinha, porém, as vantagens que os ganhões teriam conquistando um estatuto contratual colectivo idêntico ao dos trabalhadores da praça, libertando-se assim da sua condição, «misto de escravatura e servidão». Entrando no «concerto social» com os seus camaradas de praça, os ganhões afirmar-se-iam, como eles, uma entidade social com interesses próprios. O autor chega a expressar a sua esperança de que os trabalhadores

¹¹ «À classe rural. Erros a corrigir», in *Germinal*, n.º 4, de Maio de 1916.

¹² Id., *ibid.*

domésticos fossem em breve encetar um movimento de grande importância moral e material.

O segundo texto de Jorge Coutinho aqui reproduzido, publicado sem título na rubrica «As minhas impressões» da mesma revista¹³, é o relato de uma viagem do autor ao Baixo Alentejo (Sobral da Adiça e Moura) em *missão de propaganda*¹⁴, no final de 1911. Oito horas de comboio através do Sul do País são pretexto para uma rápida análise da situação dos trabalhadores, do sistema de cultura, da distribuição e do aproveitamento das terras alentejanas. Segue-se uma curta descrição dos locais visitados, seu isolamento e abandono, o comunitarismo do povo, o caciquismo, o (fraco) poder da Igreja. Tudo perpassado, tal como o texto anterior, por fortes marcas de anti-republicanismo e anticlericalismo — posições que, só por si, quase definiam o anarquismo desta época. Este segundo texto serve aqui de complemento ao primeiro e de ilustração acerca das posições do seu autor — figura de primeira plana, como já referi, do movimento sindical daquela época.

J. B.

¹³ *Lumen*, n.º 9, de Março de 1912.

¹⁴ Sobre estas missões, efectuadas em cumprimento de uma resolução do Congresso Sindicalista de 1911, vejam-se as já citadas obras de Alexandre Vieira, Manuel J. de Sousa e António Ventura.

«O despertar dos trabalhadores rurais»

Os trabalhadores do campo têm demonstrado uma vontade forte em todos os seus movimentos, fazendo com ela reconhecer que a sua coesão é muito maior do que a dos operários das cidades.

Ainda que pese aos dirigentes da indústria, do comércio e da agricultura, o rural que ora desperta para a vida social metodiza bem todas as suas manifestações colectivas e demonstra com acerto que, apesar da inércia em que tem jazido, está disposto a romper com todos os preconceitos e convencionalismos, que os costumes dos seus avós, educados pelos padres, lhe impuseram.

Ouvimos dizer com frequência que os camponeses não estão preparados para movimentos de reivindicação económica e que, por isso, não podem ser eles os dirigentes das suas manifestações e autores das suas reclamações. Não há político — republicano ou adesivo — que não o afirme, apoiando-se — por comparação — no estado em que se encontram os trabalhadores da indústria. Dói-lhes que o rural se levante, exigindo um pouco de benefício das terras que, durante séculos, gerações sucessivas dos seus têm vindo cultivando para gerações sucessivas de proprietários e de rendeiros feitos proprietários à força de trabalho... dos outros virem usufruindo, julgando-se na melhor das situações. Admiram-se de que o miserável dobrado sobre a terra descobre com fome e, olhando a planície onde o trigo loiro se espalha em ondas reluzentes, atire com a enxada ao chão e pegue no varapau ferrado para vir reclamar-lhes um tanto do que têm acumulado à sua custa. Parece-lhes que não devia ser assim, visto que lhe negaram sempre a escola, mandando-lhe o padre para o embrutecer. É que não reparam em que os rurais, não contaminados ainda pelo vírus político do jacobinismo, como o está a maioria dos operários da indústria das cidades ou que por elas passaram, têm o espírito acessível a todas as ideias novas, contanto que estas, em uma forma simples, revistam o carácter de praticáveis e tragam como consequência regalias imediatas.

Com o novo regime, os *lapónios*, como, em geral, as pessoas *cultas* chamam aos camponeses, receberam uma lição prática de que a *igualdade* republicana é uma mentira, uma ficção; e daí o fogo da revolta, que, começando em um feudo republicano — Aldeia Galega —, em menos de um mês lavrava por todo o Sul do País¹.

¹ Esta indicação de Aldeia Galega (actualmente Montijo) como foco inicial da revolta dos trabalhadores rurais após a implantação da República é susceptível de controvérsia e um tanto surpreendente, mas não deixa de ter algum fundamento. Jorge Coutinho refere-se sem dúvida à importante vaga de greves da Primavera (Maio-Junho) de 1911, a primeira que abrangeu o conjunto das regiões em causa — Estremadura, Ribatejo e Alentejo. Entre 5 de Outubro de 1910 e aquela vaga reivindicativa tinham-se já registado diversas greves e movimentos de rurais, sobretudo no Alto Alentejo, de forma um tanto isolada ou dispersa (ver Pacheco Pereira, *op. cit.*, pp. 32-33). Mas em Maio-Junho de 1911 registaram-se greves e conflitos simultaneamente ou em imediata sequência em três regiões bem distintas — Outra Banda, distrito de Santarém e distrito de Évora —, saldando-se o movimento por toda a parte em ajustes de novas tabelas de salários, horários de trabalho e outras condições escritas. Ora no início desta vaga simultânea vamos encontrar a greve dos trabalhadores rurais do concelho de Aldeia Galega, começada em 21 de Maio (ver *O Mundo* de 27 de Maio de 1911) e que depois alastrou a numerosas localidades dos concelhos vizinhos — Alcochete, Barreiro, Moita e Palmela —, terminando nesta zona o movimento em 26-27 de Maio. A partir de 24 de Maio (greve na Chamusca), e continuando por esse mês e pelo de Junho, o movimento grevista e reivindicativo alastra a toda a grande região a nordeste da capital: Santarém, Alpiarça, Almeirim, Golegã, Benavente, Salvaterra, Coruche, Azambuja, arredores de Lisboa, Alhandra e Vila Franca de Xira. Quase simultaneamente, as greves de Portel (30 de Maio) e sobretudo a de Évora (31 de Maio) continuam e alargam o movimento grevista ao Alentejo, que aí também se prolongará por Junho, alcançando mesmo o distrito de Beja.

Acrescente-se aqui que os trabalhadores rurais dos concelhos estremenhos da Outra Banda estavam organizados em associações já desde o 1.º semestre de 1911. O «despertar dos rurais» nesta zona e no Ribatejo igualou em vigor, combatividade e até violência o movimento dos rurais alentejanos, embora

Quem atravessa o Tejo e começa observando os costumes dos povos rurais da margem de lá encontra ali o sossego duma existência de paz, sem incómodos nem ruídos, traços de poesia natural, espontâneos, que brotam de povo em povo, de casal em casal, de família em família, com a mesma facilidade que de indivíduo para indivíduo.

Com a rapidez do vento, um pensamento, uma ideia ou um facto que interesse, que reflita as aspirações morais dos indivíduos, é imediatamente propriedade de todos, anseio de todos, com a mesma linha de poesia e com a mesma paz que se nota no sossego e na amplidão do campo.

Esta vida de amor, de que a canção camponesa é a maior prova, concentra todavia no fundo uma revolta constante, que a própria poesia se encarrega de encorpar e exteriorizar.

A melancolia do canto que os ranchos de mulheres fazem ecoar afaga o espírito e faz sonhar; e nós vemo-nos obrigados a reconhecer que, embora sem cultura, aquela gente, sentindo intuitivamente a sua situação, procura fortalecer-se e confortar-se, deleitando-se com os sons da sua poesia, para em vão esquecer a sua humilde condição de fecundadora da terra.

Pequenos casais com a sua casita muito branca, um forno, um hortejo, algumas galinhas e um porquito, constituem todo o *domínio* desses trabalhadores. Alta madrugada, o camponês vai para o hortejo e todas as manhãs de lá sai para trabalhar por conta do lavrador — proprietário ou rendeiro. Todos os casais nos parecem uma grande herdade há longos anos cultivada, quando, ainda não há muito, aquilo era uma charneca inculta onde o mato crescia à vontade, tendo como proprietário algum ocioso. Um dia, este entrou a dar de aforamento diversos tractos de terreno, e assim foi auferindo duplo lucro: o aforo e a valorização da propriedade, produzida pelos foreiros, com o seu trabalho, a sua força e a sua vontade.

Entre os trabalhadores, foreiros ou não, e os proprietários de terras há um outro grupo ou categoria de indivíduos — os rendeiros.

Não raras vezes vemos na imprensa diária jornalistas a soldo, ou indivíduos com interesses que lhe andam ligados, dizerem-nos ou, por outra, tentarem convencer-nos de que a situação desse grupo, a que também se chama agricultores, é mais precária que a dos próprios trabalhadores, e portanto lhe são necessárias leis de protecção, pois, afirmam, «a agricultura definha; se não a protegem, morre».

A quem não conhece a vida agrícola podem estas afirmações impressionar; mas quem, como nós, a conhece um pouco descobre imediatamente a ambição desenfreada dos agricultores, que constituem entre nós a média burguesia.

Portugal, que conta empregados na agricultura para cima de dois terços da sua população operária, é, como costumam dizer-se, um país essencialmente agrícola. Sendo assim, como podemos acreditar que a agricultura morra? Se morresse, morreria a vida do trabalho em Portugal. Que ficaria então? A indústria? Também não, porque aquela é a fonte desta. Veríamos então a única fonte de riqueza do continente português desaparecida e desaparecidas com ela todas as forças activas do País?

Apesar de tudo, nós conhecemos, no centro do Alentejo, rendeiros dalguns anos que são senhores de grandes fortunas, adquiridas a cultivar.

Ainda por intermédio dos da imprensa se faz grande alarde de perdas por causa das invernias, umas vezes porque estragam a sementeira, outras porque não deixam fazer primeira semente. Mas isto não é tão feio como parece, à excepção de

este último, pelas suas maiores proporções e consequências, tenha hoje tendência a captar maior atenção dos historiadores. Um dado: em Janeiro de 1913, de cerca de uma centena de trabalhadores rurais presos (alguns havia mais de um ano) por «questões sociais», 50 eram de Coruche e Aldeia Galega, 29 e 21 respectivamente (A. Ventura, *op. cit.*, 1977, p. 32). (N. de J. B.)

reduzidíssimo número de regiões. Quando a primeira sementeira é estragada, a segunda é mais fecunda; e, quando a terra num ano fica de baldio, no ano seguinte a produção é muito maior. Podem dizer-nos que isso não se dá com todas as regiões. De acordo. Mas a nossa afirmação não fica invalidada. As maiores regiões do País, como a Estremadura e o Alentejo, são muito planas. Fazendo a média, de ano para ano, às perdas e aos lucros, encontramos zero nas perdas. E isto sem esquecermos que os terrenos altos são plantados de oliveiras, montados de sobreiros e algumas vinhas, o que dá muitos lucros, especialmente os sobreiros, que os dão fabulosos em cortiça, com pequena despesa.

Parece que nos afastamos do nosso objectivo, mas julgamos útil proceder assim, para explicarmos com mais clareza o que queremos.

Apesar de todos os queixumes dos rendeiros, a situação dos operários é bem mais precária. Nem seria preciso afirmá-lo; em todo o caso, é sempre conveniente martelar na diferença de situações.

Desde épocas muito afastadas que a forma usada pelos operários para se fazerem contratar para trabalhar se assemelha muito ao contrato colectivo. Todos os domingos vêm à praça em procura de patrão, excepto os que estão como criados de servir, que são muitos.

O trabalho rural, nos dois grandes períodos de sementeira e colheita, que compreendem dois terços do ano, oscila de semana para semana, devido a circunstâncias sempre instáveis, originadas no bom ou mau tempo; e daí, conforme o aperto de trabalho, assim os preços sobem ou descem de semana para semana, facto que é aproveitado por operários e patrões.

A praça é como que um leilão de carne humana, um mercado de escravos. Localidades há onde o costume tradicional leva os operários a submeter-se a verdadeiras baixezas, como, por exemplo, a *molhadura*. Molhadura é o copo de aguardente que o patrão manda dar aos operários que arrematou e mediante o qual eles ficam impossibilitados de se deixar arrematar por outro patrão, embora o leilão acuse repentinamente uma alta de preços. É claro que este facto, a maior parte das vezes, dá origem a contendas entre os operários, pois que uma parte não se submete pelo simples copo de aguardente, enquanto a outra, mais tradicionalista e mais medrosa, quer trabalhar perdendo dinheiro.

Nalgumas condições de trabalho, ultimamente estabelecidas em várias localidades, os patrões chegam até a exigir responsabilidade penal para os operários que se não submeterem a esta prática baixa, como teremos ocasião de verificar.

Quando as circunstâncias da sementeira ou da colheita exigem um imediato emprego e braços, é que os operários têm ocasião de fazer-se valer como mercadoria; e então é vêr os rendeiros em volta deles, dirigindo-lhes remoques, num misto de galanteria e chulice, como se estivessem na presença dum rancho de raparigas, tentando, convencê-los a sair da praça pelo mais baixo preço; mas aqueles, senhores da situação e porque sabem do seu ofício, não saem, fazendo subir os preços o mais alto possível, com visível descontentamento dos seus arrematantes.

Em todo o caso, a situação dos operários é sempre miserável, porque o que ganham no bom tempo não chega de modo nenhum para cobrir as dificuldades ocasionadas pelo mau; e daí o não se encontrarem nunca satisfeitos, acrescentando ainda que os patrões, quando não precisam de trabalho feito, se vingam deles insolentemente. A revolta encontra aqui o seu primeiro fermento. É nestas ocasiões que eles vêem a diferença que existe entre si e os rendeiros e proprietários e, à força de tanta experiência, passam a ter a intuição dum ideal que não sabem explicar, mas de que, em todo o caso, prevêem os efeitos.

Se há dúvidas para alguém de que a revolta dos rurais, que ora tem tomado em Portugal uma larga expansão, é puramente espontânea, pondere este facto, que nele encontrará a precisa explicação. O acolhimento e o desprezo simultâneo dos que

utilizam directamente os seus serviços é que fazem que eles descreiam de possíveis melhorias adentro da actual organização social e, por consequência, se revoltam contra as exigências patronais.

Ainda está no espírito de todos nós a propaganda feita pelos homens que actualmente governam.

O povo, sempre que eles lhe apareciam a sermonar, à excepção dalguns grupos de caceteiros a soldo, recebia-os bem, olhando-os e escutando-os como na idade antiga os seus antepassados olhavam e escutavam os apóstolos da religião católica. Almas puras, cérebros limpos, todas as palavras ouvidas eram gravadas no santuário dos seus sonhos.

Rebentou a revolução, triunfando no dia 5 de Outubro, e eles, como toda a gente, ficaram-se à espera das imediatas regalias — pão, liberdade, instrução, justiça enfim. Passaram-se meses, quatro, seis, sete e... nada. Ouviram falar em assassinatos em Setúbal e em Silves e começaram a sentir-se inquietos. A par disso, os patrões, mesmo os mais republicanos, continuaram na sua desenfreada exploração, sem respeito por outra coisa que não fosse o seu estômago e o seu cofre. E, assim, o fogo das paixões, que a demagogia jacobina excitou entre eles, levou-os a acelerar a marcha das reivindicações rurais.

Os rendeiros ambiciosos não tomaram o relativo benefício que a revolução lhes concedeu, libertando-os um pouco do caciquismo dos proprietários, senão para oprimir os pobres trabalhadores, na ideia de que estes se não revoltariam na sua passividade de bestas, como até ali; mas enganaram-se.

Apesar das prisões antecipadas e do aparato de tropas nas localidades e ainda dalgumas cargas e tiros disparados, os movimentos sucederam-se uns após outros, com um ardor intenso, admirável e desusado até hoje entre o nosso operariado.

Raros foram os movimentos que não tiveram a coroá-los uma completa vitória para os operários; e, se alguns não a tiveram, foi porque entre os rurais não havia alguém experimentado em questões operárias, conseguindo aí as autoridades redigir contratos, cujas condições são inaceitáveis para os operários, o que tem dado ocasião a constantes revoltas entre eles e os patrões.

Não se imagine que as autoridades fizeram assim porque as circunstâncias da vida local não permitissem outra coisa (em toda a parte os operários pediam em harmonia com os interesses arrancados à terra), mas porque essas autoridades, como sempre, se puseram incondicionalmente ao lado dos rendeiros e proprietários, contra as bem razoáveis e pequenas reclamações dos trabalhadores.

O que é mais importante, e que afirma uma certa consciência, autorizando-nos a dizer, como já dissemos, que os rurais têm intuitivamente um ideal, é o facto de fazerem acompanhar as suas reclamações de ordem material, como aumento de salário e diminuição de horas de trabalho, de algumas de ordem moral. E isto, com franqueza, não é notado com bons olhos, nem pelos rendeiros e proprietários, nem pelas autoridades e políticos.

Aos políticos, especialmente, o facto incomoda, porque, como pretensos representantes da vontade popular, não lhes convém que no seio da massa se manifestem ideias e pratiquem actos de que se julgam os únicos possuidores ou vulgarizadores e praticantes, formando deste errado conceito a melhor base para se fazerem eleger *manipuladores* de leis, destinadas — dizem eles — a proteger a classe operária.

Uma das condições do contrato estabelecido entre os trabalhadores rurais e os lavradores de Benavente é a que passamos a transcrever:

‘O trabalhador que, depois de beber a molhadura, faltar ao trabalho será entregue ao poder judicial; e, se o abandonar antes do tempo para que se ajustou sem

motivo justificado, será multado num dia de salário, que lhe será descontado na fêria, revertendo em favor da *Gota de Leite*.’*

Como se vê, esta cláusula deixa o operário amarrado a um privilégio patronal, atestando seu não reconhecimento como entidade social. Não lhe dá a liberdade de dispor de si, obrigando-o a submeter-se como que a uma venda antecipada, tornando o leilão ainda mais execrável do que ele é já na sua própria natureza e funcionamento.

Precisamente por ser contrária aos princípios da liberdade do homem, esta cláusula não é cumprida. Os trabalhadores, apesar de a aceitarem por não compreenderem o seu alcance moral e material, quando começaram a sentir os seus efeitos, romperam com ela e não a respeitaram.

O patrão não admite que o operário disponha da sua força de trabalho, vendendo-a como propriedade sua, unicamente sua. Não reconhece que, na actual organização do trabalho, o operário tem o direito de exigir, pela sua força nele empregada, a paga que muito bem entender, porque é senhor dela, assim como o patrão é o senhor da terra e dos meios de produção; e, escudando-se nos códigos, julga que faz uma exigência muito razoável na citada condição, mas a contraprova encontra-a, clara e insofismável, na recusa peremptória e irreverente dos trabalhadores a obedecer a cláusulas, leis ou códigos que afectem os seus interesses.

Outra condição:

‘O lavrador que faltar com trabalho aos operários em qualquer dia da semana antes de findo o tempo para que os ajustou será também entregue ao poder judicial.’

Todos vêem claramente que esta segunda cláusula é um simples pretexto para obrigar os operários a aceitar a primeira, levando-os a dizer: ‘Os patrões também são punidos.’ Eles não repararam, quando a aceitaram, que os patrões têm inúmeras maneiras de a evitar: basta qualquer chuvada ou cheia imprevista para eles dizerem que a terra não se pode trabalhar e, por isso, fica suspensa a faina até ao bom tempo.

Se os operários respeitassem a cláusula que contém a sua responsabilidade, no engodo de que os patrões respeitavam a sua, não conseguiam ver satisfeitas as suas aspirações; porque, enquanto são obrigados a trabalhar sempre, pelas circunstâncias da sua vida, os patrões, por circunstâncias também de vida, mas opostas, podem prescindir do seu trabalho; e daí aos operários só resta então uma saída, que é alhearem-se inteiramente da suposta responsabilidade dos patrões, para desprezar por completo a sua, agindo em seguida como muito melhor lhes convier.

Nos contratos de trabalho entre os trabalhadores rurais e lavradores de Almeirim, Santarém e Salvaterra de Magos encontramos cláusulas análogas àquelas que analisámos. Se bem que a sua redacção seja diversa, nem por isso deixam de ter o mesmo objectivo e oferecer o mesmo aspecto. Por isso julgamos desnecessário analisá-las em especial.

Ouvimos dizer e lemos com frequência que os trabalhadores rurais não estão preparados para fazer movimentos, por falta de organização associativa, e nós, em presença dos factos, temos de dizer, para reconhecimento da verdade, que quem isto diz não tem consciência disso nem do que escreve, porque desconhece o assunto de que trata.

É em Coruche que vamos encontrar os melhores elementos, que nos demonstram que, além das regalias de ordem material, arrancadas à força das mãos dos lavradores, há regalias de ordem moral, e uma delas é o desaparecimento da molhadura, que aviltava até os mais humildes.

* A Gota de Leite é uma instituição de beneficência.

Os lavradores, tendo à frente a Sociedade Agrícola Mendonça e Teixeira, queriam que os trabalhadores da região aceitassem duas condições que serviam para manter a desarmonia entre si; porém eles, depois de muito bem ponderarem o que os lavradores pretendiam, tiveram o bom senso de não aceitar.

Os lavradores entendiam que os seus capatazes tinham o direito de cortar o salário aos mais *mandriões*, revertendo o corte para os mais hábeis. Isto criava nem mais nem menos que um desenfreado egoísmo entre camaradas; mas os mais conscientes, percebendo o jogo patronal, receando que os cortes, em vez de serem feitos aos tais *mandriões* — no dizer dos lavradores —, o fossem aos mais hábeis em benefício dos mais servís, responderam-lhes com o seguinte:

‘Todos os preços da tabela são para os trabalhadores que os merecerem; porém, os que os não merecerem serão avisados em qualquer altura da semana pelo capataz, para, caso lhes não convenha continuar a semana com o corte, saírem, sendo pagos até esse dia sem corte.’

Quer dizer, qualquer trabalhador, quando começa a trabalhar, já sabe quanto ganha até ao dia em que abandonar o trabalho, enquanto na indústria já assim não sucede; na maioria dos casos, o operário só sabe quanto ganha no fim da semana.

Esta cláusula, sendo defendida pelo operário, vem solidificar os preços da tabela ou da praça, pois que, uma vez contratados, sabem que até ao dia em que forem avisados em contrário ganham aquele preço.

Ainda queriam os lavradores que só tivessem direitos de contratados os operários nascidos nas freguesias de Coruche; mas os trabalhadores, percebendo reservadas intenções dos lavradores e o perigo que isso traria para a própria estabilidade do contrato, pois daria lugar à concorrência colectiva por necessidades dos operários e do trabalho e, consequentemente, a desaguisados pessoais, fizeram aprovar pelos patrões o seguinte:

‘Aos trabalhadores que apareçam nas praças acima citadas a fazer-se contratar e que à data da assinatura deste contrato residam nas freguesias de S. Baptista e Erra, os lavradores dar-lhes-ão a preferência.’

‘Os lavradores poderão contratar ranchos de fora, acatando o disposto no período anterior.’

Isto quer dizer que todos os operários da região de Coruche têm direitos de contrato, e acima dos que porventura lhes possam ir fazer concorrência, contratados em rancho.

Os operários contratados em rancho são quase sempre dos arredores de Coimbra, Leiria, etc., que trabalham mediante um certo ordenado mensal, casa, água, lenha, feijão, azeite, pão, etc. Estes operários estão sempre na dependência patronal, em nada se assemelhando a sua situação à dos compreendidos no contrato da praça. Enquanto os contratados na praça se afirmam como entidade social, com interesses opostos aos dos patrões, que têm de desenvolver e defender, tomando por base as cláusulas do contrato escrito, os contratados em rancho são mais domésticos que operários, tendo pois os seus interesses quase ligados aos do patrão, porque, de todo o rancho, só o capataz é que trata com ele, só o capataz é que figura como entidade.

O contrato feito na praça, em forma de leilão, como já dissemos, assemelha-se ao contrato colectivo, pela razão de que as regalias distribuídas a uns tantos são aplicadas, por virtude de reclamação dos interessados, a muitos. Em todo o caso, os operários não se afirmam como entidade social; só depois do movimento que vimos estudando, em que intervém o princípio associativo, é que o contrato toma a forma colectiva, embora mal aplicada.

Daqui a algum tempo teremos, por certo, ocasião de assistir a um novo movimento, que revestirá também bastante importância, tanto moral como material. Trata-se dos *ganhões*.

Os ganhões são domésticos contratados ao ano, mas isoladamente. O contrato compreende dinheiro, casa, lenha, géneros, terra, gado e alguma roupa, prefazendo tudo isto, quase geralmente, um salário de 18 vinténs diários. Estes indivíduos são, por assim dizer, o braço direito dos lavradores; ocupam-se na guarda de gados, searas, vinhas, montados, herdades, etc. Quando se contratam, toda a família o é implicitamente. O lavrador pode muito bem utilizá-la nos serviços que entender, mediante a paga que quiser, pois que ela não tem o direito de exigir nem de vir à praça; fica fazendo parte da propriedade do patrão, visto que é considerada propriedade do ganhão, seu chefe e responsável pelo contrato².

A família dos ganhões é dada a denominação de *pessoal debaixo dos telhados*.

Esta situação pode muito bem ser comparada à do escravo e do servo, como no-la descreve o Sr. Adolfo Lima³, a pp. 166-167 do seu livro *O Contrato do Trabalho*, nas seguintes palavras: 'Primitivamente, a retribuição do trabalho é, como já vimos, casa, roupa e comida, quer directamente, como sucedia com os escravos, quer indirectamente, como sucedia com o servo da gleba, a quem se dava, pelo seu trabalho, uma cabana, um tracto de terra, gado e instrumentos.'

O decorrer dos anos tem demonstrado a estes indivíduos que, se conquistarem uma situação idêntica à dos operários de praça, lhes adirão enormes vantagens, não só por ganharem mais e poderem ter menos horas de trabalho, como também por subtraírem a sua família à tutela do patrão, o que é sobretudo uma conquista moral.

Ao mesmo tempo que saem duma situação tantas vezes secular, libertando-se desse misto de escravatura e servidão, entram no concerto social com os seus camaradas, afirmando-se, como eles, uma entidade social. A natureza dos seus serviços não mudará, mas o conceito de si mesmos e a retribuição do seu trabalho não-de ser absolutamente diversos.

Os lavradores e rendeiros têm com certeza de submeter-se muito em breve a um sistema de contrato com os ganhões, que deve transformar radicalmente a vida dos rurais, e depois veremos quais são os operários que melhor se afirmam como classe, se os da indústria se os da agricultura.

Muito temos a esperar dos movimentos do proletariado rural, e o dever de todos os militantes operários é olhá-lo com atenção, tendo o cuidado de não deixar que os políticos infiltrem nele o vírus da sua propaganda e da sua submissão ao actual sistema social.

A Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, que tomou parte no movimento rural, especialmente em Coruche, aonde enviou delegados, tem em seu poder documentos que atestam bem quanto pode e quanto vale o proletariado rural.

São estas as considerações que se nos oferecem a propósito do recente e primeiro grande movimento camponês em Portugal.

Regalias conquistadas no horário depois da greve

Em Évora ficaram largando o trabalho aos sábados, em qualquer época do ano, um quarto do dia antes da noite, quando era à noite.

Em Benavente, aos sábados, ficaram largando o trabalho ao meio-dia, quando era à noite.

² Sobre o contrato dos *ganhões* na região de Coruche veja-se o relatório dos delegados da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista em missão em Coruche em 14 de Abril de 1912, publicado por A. Ventura, *op. cit.*, 1977, pp. 41-44. (N. de J. B.)

³ Adolfo Lima também foi um colaborador da revista *Lumen*. (N. de J. B.)

Em Almeirim, em qualquer época do ano, começam a trabalhar uma hora depois de o Sol nascer, quando era ao nascer do Sol.

Em Santarém, a situação é idêntica, acrescentando que aos sábados largam uma hora mais cedo, quando era de sol a sol.

Em Salvaterra de Magos trabalham de sol a sol, como antigamente, excepto aos sábados, que largam ao meio-dia, quando antigamente largavam à noite.

Em Coruche, de Inverno, começam com meia hora de Sol e largam à noite e de Verão começam às 6 horas da manhã e largam à noite e ao sábado de Verão largam uma hora antes do pôr do Sol, quando era do nascer ao pôr do Sol.

Tabela dos horários de trabalhos depois da greve
nas regiões em seguida indicadas

Évora							Benavente						
Meses	Horário de trabalho por dia						Meses	Horário de trabalho por dia					
	Começar			Largar				Começar			Largar		
Janeiro	7 ¼	9 ½	1	8 ½	12	4 ½	Janeiro	7 ¼	9 ½	1	8 ½	12	4 ½
Fevereiro ..	6 ¾	»	»	»	»	5	Fevereiro ..	6 ¾	»	»	»	»	5
Março	6 ½	»	»	»	»	5 ½	Março	6 ½	»	»	»	»	5 ½
Abril	5 ¾	»	»	»	»	6 ¼	Abril	5 ¾	»	»	»	»	6 ¼
Maio	5 ¼	»	2	»	»	6 ¾	Maio	5 ¼	»	2	»	»	6 ¾
Junho	4 ½	»	»	»	»	7 ¼	Junho	4 ½	»	»	»	»	7 ¼
Julho	4 ½	»	»	»	»	7 ¼	Julho	4 ½	»	»	»	»	7 ¼
Agosto	5 ¼	»	»	»	»	6 ½	Agosto	5 ¼	»	»	»	»	6 ½
Setembro ..	5 ½	»	»	»	»	6 ¼	Setembro ..	5 ½	»	»	»	»	6 ¼
Outubro ...	6	»	1	»	»	5 ½	Outubro ...	6	»	1	»	»	5 ½
Novembro	6 ½	»	»	»	»	5	Novembro	6 ½	»	»	»	»	5
Dezembro	7 ¼	»	»	»	»	4	Dezembro	7 ¼	»	»	»	»	4

Almeirim							Santarém						
Meses	Horário de trabalho por dia						Meses	Horário de trabalho por dia					
	Começar			Largar				Começar			Largar		
Janeiro	8 ¼	9 ½	1	8 ½	12	4 ½	Janeiro	8 ¼	9 ½	1	8 ½	12	4 ½
Fevereiro ..	7 ¾	»	»	»	»	5	Fevereiro ..	7 ¾	»	»	»	»	5
Março	7 ½	»	»	»	»	5 ½	Março	7 ½	»	»	»	»	5 ½
Abril	6 ¾	»	»	»	»	6 ¼	Abril	6 ¾	»	»	»	»	6 ¼
Maio	6 ¼	»	2	»	»	6 ¾	Maio	6 ¼	»	2	»	»	6 ¾
Junho	5 ½	»	»	»	»	7 ¼	Junho	5 ½	»	»	»	»	7 ¼
Julho	5 ½	»	»	»	»	7 ¼	Julho	5 ½	»	»	»	»	7 ¼
Agosto	6 ¼	»	»	»	»	6 ½	Agosto	6 ¼	»	»	»	»	6 ½
Setembro ..	6 ¼	»	»	»	»	6 ¼	Setembro ..	6 ¼	»	»	»	»	6 ¼
Outubro ...	7	»	1	»	»	5 ½	Outubro ...	7	»	1	»	»	5 ½
Novembro	7 ½	»	»	»	»	5	Novembro	7 ½	»	»	»	»	5
Dezembro	8 ¼	»	»	»	»	4	Dezembro	8 ¼	»	»	»	»	4

Salvaterra de Magos							Coruche						
Meses	Horário de trabalho por dia						Meses	Horário de trabalho por dia					
	Começar			Largar				Começar			Largar		
Janeiro	7 ¼	9 ½	1	8 ½	12	4 ½	Janeiro	7 ¾	9 ½	1	8 ½	12	4 ¼
Fevereiro ..	6 ¾	»	»	»	»	5	Fevereiro ..	7 ¼	»	»	»	»	5
Março	6 ½	»	»	»	»	5 ½	Março	6	»	»	»	»	5 ½
Abril	5 ¾	»	»	»	»	6 ¼	Abril	»	»	»	»	»	6 ¼
Maio	5 ¼	»	2	»	»	6 ¾	Maio	»	»	2	»	»	6 ¾
Junho	4 ½	»	»	»	»	7 ¼	Junho	»	»	»	»	»	7 ¼
Julho	4 ½	»	»	»	»	7 ¼	Julho	»	»	»	»	»	7 ¼
Agosto	5 ¼	»	»	»	»	6 ½	Agosto	»	»	»	»	»	6 ½
Setembro ..	5 ¼	»	»	»	»	6 ¼	Setembro ..	»	»	1	»	»	6 ¼
Outubro ..	6	»	1	»	»	5 ½	Outubro ...	6 ½	»	»	»	»	5 ½
Novembro	6 ½	»	»	»	»	5	Novembro	7	»	»	»	»	5
Dezembro	7 ¼	»	»	»	»	4	Dezembro	7 ¾	»	»	»	»	4

Regalias conquistadas nos salários depois da greve

Em Évora, os pastores ficaram ganhando por ano 18\$000 réis em dinheiro, pastagem para 70 ovelhas e 500 réis de cada uma que der leite, pastagem para 2 carneiros de cabresto, 4 alqueires de trigo, semeados nos estrumes da Primavera, sendo a seara ceifada, debulhada e posta em casa do pastor à custa do lavrador, 4 peles de carneiro, casa e lenha posta à porta do pastor quando este tenha família, um hortejo ao pé da porta de casa, pastagem para duas burras, uma ao pé da porta e outra na manada. Os pastores contratados a dias ou a meses ganharão mais uma terça parte do salário do trabalhador. Ninguém ordenhará ovelhas sem que para tal receba dinheiro. Os pastores devem receber mensalmente, de comedoria, o seguinte: três alqueires de farinha de trigo, dois litros de azeite e 1\$000 réis para condutos.

Em Benavente, os trabalhos das eiras, lagares de azeite e gados são permanentes e ao costume da região.

Em Almeirim, o trabalho nos lagares de vinho será sempre pago pelo salário de 400 réis, começando ao nascer do Sol e largando às 9 horas da noite.

Em Santarém, o trabalho nos lagares de vinho é pago pelo salário de 360 réis, incluindo o serão.

Em Salvaterra de Magos, como em Benavente, os trabalhos extraordinários são ao costume da região.

Em Coruche são exceptuados dos preços da tabela e do horário os seguintes trabalhos: tiragem da cortiça, eira, atada, lagares de vinho e azeite, fornos de tijolo, queimadas e máquinas, cujos preços e horários serão por ajuste especial.

**Tabela de salários mínimos depois do movimento grevista
nas regiões em seguida indicadas(a)**

Évora			Benavente			Almeirim		
Meses	Salários diários		Meses	Salários diários		Meses	Salários diários	
	Homens	Mulhe- res		Homens	Mulhe- res		Homens	Mulhe- res
Janeiro	400	200	Janeiro	300	160	Janeiro	300	140
Fevereiro ...	500	»	Fevereiro ...	340	200	Fevereiro ...	»	»
Março	»	»	Março	»	»	Março	»	»
Abril	»	»	Abril	»	»	Abril	»	»
Maió	700	»	Maió	460	300	Maió	»	»
Junho	»	»	Junho	»	»	Junho	»	»
Julho	»	»	Julho	»	»	Julho	»	»
Agosto	»	»	Agosto	320	180	Agosto	»	»
Setembro ...	400	»	Setembro ...	»	»	Setembro ...	»	»
Outubro	»	»	Outubro	»	»	Outubro	»	»
Novembro ...	»	»	Novembro ..	300	160	Novembro ..	»	»
Dezembro ...	»	»	Dezembro ..	»	»	Dezembro ..	»	»

Santarém			Salvaterra de Magos			Coruche		
Meses	Salários diários		Meses	Salários diários		Meses	Salários diários	
	Homens	Mulhe- res		Homens	Mulhe- res		Homens	Mulhe- res
Janeiro	240	140	Janeiro	300	Não têm salário fixo	Janeiro	300	140
Fevereiro ...	»	»	Fevereiro ...	340		Fevereiro ...	360	»
Março	»	»	Março	»		Março	»	»
Abril	»	»	Abril	»		Abril	500	»
Maió	»	»	Maió	460		Maió	»	»
Junho	»	»	Junho	»		Junho	»	»
Julho	»	»	Julho	»		Julho	»	»
Agosto	»	»	Agosto	320		Agosto	360	»
Setembro ...	»	»	Setembro ...	»		Setembro ...	»	»
Outubro	»	»	Outubro	»		Outubro	300	»
Novembro ...	»	»	Novembro ..	300		Novembro ..	»	»
Dezembro ...	»	»	Dezembro ..	»		Dezembro ..	»	»

(a) O autor não indica as datas dos acordos em que ficaram estipuladas as tabelas de horários e salários e outras condições de trabalho aqui expostas. Porém, apoiando-me na obra de Fernando Emídio da Silva *As Greves* (1913), é possível avançar a seguinte ordem cronológica pela qual os acordos em causa foram estabelecidos: Almeirim (27 de Maio), Santarém (30 de Maio), Évora (3 de Junho), Salvaterra e Benavente (4 de Junho?), Coruche (14 de Junho). Como se verificará, os dois primeiros acordos ribatejanos são os que fixam condições menos favoráveis para os trabalhadores. (N. de J. B.)

«*Em missão de propaganda no Baixo Alentejo*»

Tendo ido ao Baixo Alentejo em missão de propaganda sindicalista entre os camaraes rurais, julgo dever referir alguma coisa das impressões que recebi no decorrer tanto da viagem, como da propaganda propriamente dita.

Essas impressões ligam-se ao caminho percorrido, à divisão da propriedade e produção, aos terrenos cultivados e por cultivar, ao sistema de trabalho, à situação social dos trabalhadores, à influência da República, ao caciquismo e, finalmente, à tendência popular para a associação.

Embarcado às 8 horas da manhã, de um dia nevoento e chuvoso, no Terreiro do Paço, sinto-me transportado em um velho barco, de navegar pesado e fraco, ao Barreiro, onde um longo comboio esperava os viajantes do Sul e Sueste do País.

A um canto de uma carruagem de terceira vou pensando na melhor forma de passar o tempo do percurso — 260 quilómetros. O comboio, ronceiro, puxado por uma máquina debilitada, arrasta-se a custo nas subidas, arrancando numerosos vagões carregados de mercadorias, que as necessidades, as faculdades consumidoras do Sul exigem. E ao meu espírito vai acudindo esta ideia: se a função de transporte fosse desempenhada livremente pelos que nela directamente se empregam, e estes não tivessem a cortar-lhes todo o espírito de iniciativa a função burocrática duma plêiade de empregados que nada de comum têm com os agentes intelectuais da produção, como poderemos chamar aos que se entregam ao estudo e aplicações da mecânica e da geometria, mas que são simplesmente os agentes directos da função comercial aplicada actualmente a tudo o que se produz, com o seu método de base centralista, por certo que esta marcha difícil seria duma rapidez conveniente — os encarregados de a dirigir e vigiar, desde o expedidor ao maquinista, colaborariam todos, gostosamente, num dos melhores elementos de progresso —, não haveria nalgumas estações demoras demasiadas de uns comboios à espera de outros, porque, em vez de uma só via, existiriam tantas quantas a necessidade do serviço exigisse... Mas deixemos isto à competência dos interessados, que são os trabalhadores do caminho-de-ferro.

O que primeiro se me oferece aos olhos é o terreno florido do Lavradio e Alhos Vedros, com o Tejo à vista ainda, e, para os lados da pequena enseada da Moita, ao longe, na margem oposta do rio, a cidade¹, soberba na sua casaria, cheia de recordações do passado, apreensiva do futuro... O comboio desce agora, desliza com rapidez, tentando recuperar o perdido pela energia gasta com as subidas, e eu vou esquecendo-me da cidade, da sua vida operária, que é também minha, e até da minha própria existência, para só me entregar à ligeira observação de tudo o que se me depara, algo desconhecido, mas, em todo o caso, não me surpreendendo.

No Pinhal Novo começa o observador, e muito especialmente o militante operário, a ver o que é a vida rural no Alentejo. As vastas planícies desta parte da terra portuguesa são cortadas aqui e ali por algumas colinas; montados de sobreiros e azinheiras, cujo fruto serve em grande escala para a engorda de porcos, povoam grandes extensões. Meia dúzia, a bem dizer, de lavradores têm esses terrenos monopolizados. Um companheiro de viagem que dormitava a meu lado, a quem peço indicações, vai-me esclarecendo: isto é do José Maria dos Santos, aquilo dos Ramalhos de Évora, aquilo da Casa Cadaval, aquilo da Casa Palmela, aquilo do Libânio de Moura, etc.; um tem dez herdades, outro dezoito e outros mais, numa acumulação desmedida. A par disso, junto às antigas povoações, há os baldios —

¹ Lisboa. (N. de J. B.)

restos dos terrenos dos concelhos, de que não se atreveram a apossar-se os fidalgos, espécie de senhores feudais, verdadeiros donos das populações.

De quando em quando despertava dos meus pensamentos e via planícies enormes, quase por completo desertas, tendo apenas a destacar-se, aqui e além, dentre os tojos e estevas que as cobrem, as casitas dalgum monte ou alguma malhada de pastor. São centenas de hectares de terreno inculto, próprio sem dúvida para a cultura do trigo, milho, feijão, grão, etc., quando é constante o dito de que o País não tem produção agrícola suficiente para o consumo... E assim estão, pelos meus cálculos, dois terços da terra alentejana², porque, diz o meu informador, é geral a queixa da falta de proventos, «o lavrador afirma que não cultiva mais porque a terra não lhe dá o lucro suficiente para a cultura». Donde se depreende que, capitalizado e comercializado o trabalho como está, o lavrador, tendo necessidade de ganhar o mais possível, se fizesse cultura em larga escala, veria baratear no mercado os gêneros produzidos, acaso sem benefício seu, dado que, na maioria dos casos, a distribuição dos produtos não é desempenhada por ele, mas pelo açambarcador.

O sistema de cultura estabelecido no Alentejo é a lavoura ou lavra, sistema muito diverso do mais usado no Norte do País, que é o de cava e pelo qual o trabalhador, de dorso curvado sobre o solo, ao peso da enxada, nos dá a imagem degradante do escravo. A mecânica aplicada à agricultura ainda não chegou à maior parte das regiões alentejanas; nem mesmo a charrua americana nelas teve entrada³. A sulcar a terra vêem-se inúmeras quantidades de parelhas de muare e juntas de bois puxando vigorosamente os arados de azinho, de configuração antiquíssima, usança arabe que nos foi legada há perto de 800 anos e que ainda não se abandonou... por ser mais barata do que qualquer *modernice* do estrangeiro.

Pouco a pouco, um novo aspecto de produção se vai desenrolando à minha vista; são enormes quantidades de lenha de azinho, sobre e carvalho que os lenhadores deitaram por terra e que esperam a hora de entrar nos fornos para serem transformadas em carvão; e ao longe, a léguas de distância, por entre o negrume da ramagem dessas árvores, muitas colunas de fumo, elevando-se, denunciam outros fornos que estão na sua faina de petrificar a madeira que, nas grandes cidades e para o serviço de cozinha, inumeráveis famílias utilizam, largamente umas, dificilmente outras. À borda da linha, em espaços reservados das estações, montes enormes de muitas toneladas de carvão, cobertos de esteva e de loendro para os resguardar da chuva e do calor, esperam ocasião de sair, ao silvar da máquina e do raspar das suas rodas nos *rails*, arrastando vagarosamente os pesados vagões, onde ele se acomoda com a mesma disposição monticular em que estava.

Penso então no papel desempenhado por esse combustível velho, mas ainda hoje indispensável na vida familiar; penso nos seus produtores, que na baldeação lhe suportam as primeiras e mais fortes exalações de ácido carbônico, encharcando-se de Inverno a reforçar o forno com camadas de terra no carapuço, quando a água o quer inutilizar. Esses míseros vivem quase como as feras, isolados no interior das charnecas, por vezes em convívio com os lobos; são obscuros cooperadores da vida pública dos grandes centros, tendo no rosto, bem estampado, o negrume feito pelo pó de carvão, como a fatídica organização social o tem estampado em todas as suas manifestações, não medindo quase ninguém os desesperos que ardem nas fomalhas. Todavia, eles podem, se nós os ajudarmos, organizar uma arma poderosa que obrigue a sociedade a prestar-lhes atenção. Uma federação de lenhadores levantaria

² Proporção certamente muito exagerada. Cf. Anselmo de Andrade, *Portugal Económico*, 2.^a ed., 1918, pp. 48-51, onde este autor afirma que em 1868 era de 57% a proporção da superfície inculta do Alentejo e Estremadura meridional. Ora, até 1911, data em que escreve Coutinho, essa proporção terá diminuído consideravelmente. (*N. de J. B.*)

³ Já no final do século XIX, a charrua americana havia feito a sua «entrada» nas terras alentejanas, embora em 1911 o seu uso estivesse ainda longe de ser generalizado. (*N. de J. B.*)

do marasmo esses infelizes, impô-los-ia ao nosso conceito no mundo do trabalho e contribuiria para o seu e nosso bem-estar social.

O comboio continua a sua marcha vagarosa, deixando Beja muito atrás; ao longe, por entre as montanhas, serpenteia o Guadiana. O Sol, conseguindo romper o nevoeiro, declina já e o meu relógio marca duas horas e um quarto. Agora, a linha, num ziguezague, mostra-me a escabrosidade das montanhas que se aproximam e o comboio corre, a descer, até passar o rio, sobre uma ponte monstruosamente alta, com as suas extremidades ligadas às cristas das serras, que servem como que de paredes a esse rio caudaloso, de memoráveis e tenebrosas cheias, que os pastores nos contam ingenuamente.

Serpa avizinha-se à direita e o comboio afrouxa novamente. Vejo um soberbo olival que promete abundante colheita e pergunto: de quem é? De José Maria dos Santos, respondem-me. E aquela charneca enorme que além se divisa sobre aquela serra? Também, diz o meu interlocutor. E acrescenta: aquela é a serra da Adiça; começa lá ao longe no Ardila e vai acabar na fronteira do Algarve⁴; tem por única povoação o Sobral. Coberta por azinheiras, é um enorme montado; engorda milhares de porcos; produz centenas de toneladas de carvão e não rareiam ali os lobos e os javalis. Simples e lacónica história da alta e soberba faixa de terreno que o primeiro vinhateiro do mundo⁵ possui lá ao longe, no Sul do Alentejo, a cinco léguas da Espanha.

Quatro horas e meia. Deixo o comboio, para continuar a viagem daí a pouco em diligência. Trocados cumprimentos com os amigos que me esperavam, combina-se meia hora de descanso e depois a caminho.

A noite avizinha-se; os vinte km que ainda falta percorrer levam à luar que nos conduz cinco horas. A certa altura da estrada, a bem dizer intransitável, no escuro das azinheiras, descortina-se um grande montado, de nove léguas quadradas, que apelidam a Defesa. E outra vez o nome do opulento proprietário José Maria dos Santos soa aos meus ouvidos... Que extraordinário proveito os trabalhadores não teriam, e todo o povo com eles, se a cultura de tantíssimos km quadrados de boa e folgada terra estivesse a cargo de associações saídas da massa anónima dos rurais!

Chegamos às dez horas da noite, um pouco entorpecidos pela maçada, mas, no fundo, bem dispostos.

O povo, bom, agradável no trato, hospitaleiro e sobretudo muito comunista⁶. A autoridade consubstancia-se no regedor e no oficial do registo civil. Terra espaçosa, de largas ruas, a natureza do terreno, que é escavado em rocha cortada a prumo, fornece-nos uns pavimentos desiguais e escorregadios que a respectiva municipalidade ainda não soube aplanar. É bem uma aldeia rural; quadro vivo da Idade Média, com o seu comunismo. As casas abarracadas e muito brancas, forradas de caniço no tecto, de pavimentos de tijolo e espaçosas chaminés, em qualquer das quais cabe toda a cozinha das de uma casa que nós habitamos.

As escolas são regidas por professoras ineptas, jesuíta uma até mais não. Uma delas funciona num edifício oficial que é um verdadeiro pardieiro, quase a cair e que causa o espanto dos petizes, que saem à carreira, com medo daquele ambiente doentio e desolador para os seus pequeninos cérebros.

⁴ Leia-se: fronteira com Espanha. (N. de J. B.)

⁵ Nova referência a José Maria dos Santos. Em 1922, Luís da Cunha Gonçalves escrevia em *A Vida Rural no Alentejo*: «A famosa vinha de José Maria dos Santos — a maior do mundo, ao longo da via férrea do Sul e Sueste, servida pelas estações de Valdera, Poceirão e Pegões. (N. de J. B.)

⁶ Entenda-se: comunitário. (N. de J. B.)

O povo, na sua maioria, vive no favor do caciquismo. Vota nos que lhe aparecem prometendo escolas, estradas, telégrafo, correio, assistência, etc., e todavia trabalha para os outros; vota neles e não vê nada feito: o fisco e o município cobram impostos e as ruas não se aplanam; se até o baldio, extensão de terreno imemorialmente comum, se lhe quer tirar a título de aforamento, isto depois de lhe serem subtraídos de quando em vez alguns hectares.

Coisa notável: a Igreja não tem poder algum.

A República, como era de ver, em nada modificou a situação daquela gente. As coisas que convêm ao povoado não se fazem, porque os lucros do Estado não chegam para a despesa. Foi sempre assim e não tem remédio possível. O caciquismo ficou como estava. O senhor X, homem de confiança do regime, era-o também na Monarquia. Pelos conhecidos processos de burocratismo do Estado obteve o monopólio da venda do pão espanhol: ganhava cinco réis em cada um, e assim, com muitos cinco réis, conseguiu comprar uma herdade, que é conhecida pelo nome de *herdade do pão espanhol*; e isto ao mesmo tempo que desempenhava um cargo de autoridade oficial.

É o cacique-mor de Moura que tem nas mãos a Associação dos Trabalhadores. Quiseram alguns amigos que eu aí fizesse uma conferência, mas não o conseguiram. Todavia, entre os que compõem a Associação, há um grupo de insatisfeitos, que, sabendo que o cacique quer jogar com os rurais em ocasião de eleições, se prepara para se emancipar da sua tutela.

A tendência para a organização sindical é manifesta; as povoações aldeãs hão-de impor-se aos concelhos, marcando uma vida nova. Nas minhas conferências verifiquei que a aspiração é a comunalização. Um exemplo: alguns camponeses manifestavam-me o seu descontentamento por o Município querer aforar o baldio e perguntavam-me o que se deveria fazer em substituição deste sistema. Para evitar que, com a distribuição da terra, dentro em pouco, o baldio haja desaparecido, passando às mãos dos grandes proprietários — disse-lhes —, o que devem é agrupar-se, cultivar em comum e colher em comum: e eles obtemperaram que já faziam isso — não todos, mas alguns grupos.

Em todos os povoados há associações de classe que prometem ser poderosos organismos e que, estou bem certo, não serão somente destinadas a arrancar lucros das mãos dos patrões, mas muito especialmente a imprimir às populações novas condições de vida, as quais, como nós compreendemos, só o esforço das vontades e inteligências operárias conseguirá, contra a influência centralista e perniciosa do Estado.

É este o resumo das impressões que colhi na minha digressão de seis dias. Aos militantes advirto que devemos olhar com cuidado para a nascente organização rural, porque ela é muito mais acessível ao método e acção sindicalista do que a organização dos trabalhadores de indústria, ainda que pareça o contrário.

Novembro, 1911.»